

Universidade Federal de Santa Maria
Especialização em Ensino da Sociologia no Ensino Médio

**A SOCIOLOGIA COMO PARTE INTEGRANTE DA REALIDADE DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA: SITUAÇÕES CONCRETAS NO COTIDIANO ESCOLAR DO ENSINO
MÉDIO**

Beatriz Morales da Silva

Santa Maria/RS
2015

A SOCIOLOGIA COMO PARTE INTEGRANTE DA REALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SITUAÇÕES CONCRETAS NO COTIDIANO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO

Beatriz Morales da Silva¹

Resumo: Este estudo é parte integrante de uma série de reflexões e discussões que se realiza acerca da disciplina Sociologia no contexto educacional brasileiro, como proposta e prática social a partir da interdisciplinaridade, de modo que se possa compartilhar experiências, desvendar a realidade e analisar a vida em sociedade como estratégia didática, permitindo assim, que o aluno compreenda fenômenos sociais dos quais participa diretamente ou que têm relevância para sua vida individual ou familiar e fenômenos de seu próprio cotidiano. Esta é uma pesquisa bibliográfica quanto aos meios, qualitativa e de fins exploratórios, com paradigma positivista, pois acredita-se que há uma realidade presente na vida de todos que precisa ser conhecida, estudada e analisada em sua integralidade.

Palavras-chave: Sociologia. Prática Social. Interdisciplinaridade.

The sociology as part of the brazilian education reality: situations in concrete school everyday of secondary education

Abstract: This study is part of a series of reflection and discussion that takes place on the sociology discipline in the Brazilian educational context as proposed and social practice from the interdisciplinary, so that they can share experiences, uncover the reality and analyze the social life as a teaching strategy, thus allowing the student to understand social phenomena, in which it participates directly or that are relevant to their individual or family life and phenomena of their own daily lives. This is a bibliographic research on the means, qualitative and exploratory purposes, positivist paradigm, as it is believed that there is a present reality in the lives of all that needs to be known, studied and analyzed in its entirety.

Keywords: Sociology. Social practice. Interdisciplinarity

Introdução

A sociedade contemporânea vive hoje constante e profunda transformação. Uma realidade chamada por muitos como a era do conhecimento, das comunicações e da cibernética. Por um lado, há uma significativa luta pela unificação da economia, culturas afins e políticas de

¹ Orientadora Educacional da rede municipal de ensino de Bagé/RS e acadêmica do Curso de Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio da UFSM. Email: bbiamorales@hotmail.com

erradicações. Por outro, percebe-se incessante desafios para que a educação possa recuperar os princípios da convivência em liberdade, no diálogo e na igualdade.

Assim, na condição de educadora e cidadã, cria-se grandes expectativas de mudança e de transformações que possam contribuir para que se tenha uma educação pautada em princípios que estimule a dignidade humana, com ênfase na consciência social e satisfação das necessidades, contrapondo-se ao individualismo, competitividade, violência e conformismo que impera sobremaneira na atualidade.

Nesse sentido, há que se ter clareza de que a consciência e análise crítica são pressupostos básicos para estruturar e ordenar pensamentos, de modo que possa contribuir para reflexões sobre uma possível educação transformadora e de qualidade.

Com base no exposto, acredita-se que a Sociologia como parte integrante da realidade da educação brasileira tem importante papel neste contexto. Ou seja, apresenta-se como um desafio para uma nova prática social, uma vez que pode auxiliar na inserção do indivíduo na sociedade contemporânea de maneira ativa, capaz ainda de disseminar o conhecimento compartilhado e desenvolver uma pedagogia da esperança. Além disso, apresenta-se como um desafio capaz de propor mudanças e alterações na concepção de ensino e do real papel da escola enquanto instituição social, já que a luta é por uma educação democrática e pluralista que valorize a diversidade frente às problemáticas sociais.

Portanto, conhecer a realidade dos jovens da escola onde se está inserido, assim como da comunidade que a compõe, constitui-se como importante caminho para promover espaços de discussões e reflexões sobre problemas e perspectivas que auxiliem na transformação da realidade e diminuição das desigualdades e exclusões sociais.

Nesse sentido, desenvolve-se este estudo com o objetivo de analisar pontos considerados de suma importância para melhor compressão desta reflexão, de modo que se possa fazer frente as necessidades de uma educação transformadora e a relação da Sociologia como contribuição e parte integrante do contexto educacional do ensino médio.

Assim, de modo que se possa contemplar esta reflexão, estruturou-se o estudo em partes, assim descritas: na primeira parte, a ênfase é dada às reflexões que embasam os direitos humanos como proposta social a partir da compreensão da vida humana; já na segunda parte, o foco relaciona a instituição educacional como prática social como processo de estímulo da cidadania,

propondo ao mesmo tempo situações que os levem a refletir sobre a oportunidade de adquirir valores e conhecimentos básicos para a convivência em sociedade.

Quanto à terceira parte, o estudo está direcionado às reflexões da Sociologia e possível aproximação com diferentes disciplinas, estabelecendo uma relação paralela com o contexto social e cultural onde a instituição educacional está inserida.

Por fim, a quarta parte do estudo tem relação direta com a importância da Sociologia no contexto educacional brasileiro, tecendo uma breve reflexão sobre a realidade educativa e social brasileira, analisando a vida em sociedade como estratégia didática.

1 Direitos humanos e proposta social

Quanto ao contexto que se aborda nesse estudo, é necessário, sobretudo, refletir sobre os direitos humanos e proposta social a partir da compreensão da vida humana, onde todos os indivíduos possam compartilhar a prática de cidadania como inclusão nos processos culturais com a finalidade de entender as dimensões concretas da vida.

A cidadania, como refere Hannah Arendt,

[...] é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos (apud MAZZUOLI, 2001, p.01)

Nesse sentido, é necessário que se entenda as questões que retratam estudos sobre Direitos Humanos como um problema ético, principalmente quando o assunto diz respeito à superação de todas as formas de violência pública e privada, e os educadores, de acordo com Pires (apud VIOLA e ALBURQUERQUE, 2011, p.53), “transitam por esses desafios, especialmente na questão da violência nas escolas”. Portanto, é dever de todos “intensificar práticas educativas, esclarecimento e respeito aos valores que orientam os princípios das diferentes lutas em defesa dos direitos humanos”.

Mazzuoli (2001, p.03) traz importante consideração a respeito desta questão, ao proferir que,

[...] a Constituição de 1988, ao consagrar a *universalidade e indivisibilidade* dos direitos humanos, também entrega ao Estado e ao cidadão – de forma implícita – a tarefa de educar (dever) e ser educado (direito) em direitos humanos e cidadania. Somente com a colaboração de todos os partícipes da sociedade e do Estado, é que os direitos humanos fundamentais alcançarão a sua plena efetividade. O papel de cada um na construção

desta nova concepção de cidadania é fundamental para o êxito dos objetivos desejados pela Declaração Universal de 1948 e pela Carta Constitucional brasileira.

Desse modo, pode-se dizer que há um chamamento às diversas categorias de profissionais acadêmicos, tanto do educador de séries iniciais quanto do pesquisador de universidades, entre outros, para que possam contribuir com ações estratégicas de combate à violência, que hoje ocupa lugar de destaque no cenário internacional.

Especificamente no que e refere à educação, convém ter clareza o que trata os artigos 205 e 214 da Constituição Federal, uma vez que nela e em seus respectivos artigos, está garantida a educação como direito humano e que é dever da nação proporcioná-la a todos (BRASIL, 2007).

Cabe, portanto, às instituições educacionais, desde escolas básicas até as de ensino superior, direcionar seus projetos pedagógicos e estratégias específicas para os direitos humanos, com vistas e objetivos não somente voltados para conteúdos de letramento como também para a formação do caráter e da personalidade dos indivíduos.

Portanto, de modo que a educação em direitos humanos possa ser consolidada com sucesso e qualidade que se almeja, é necessária participação efetiva, sobretudo, dos profissionais do ensino, da sociedade civil, dos agentes e representantes políticos, entre outros indivíduos comprometidos com a transformação do ensino e da educação, pois, também é necessário incluir no bojo de ações, a promoção do respeito entre os indivíduos e suas diferenças; fazendo com que reconheçam seus direitos e defendam os direitos dos outros.

Assim, de acordo com o Caderno de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2013, p.12-13),

[...] a Educação em Direitos Humanos fundamenta-se na formação ética, crítica e política do indivíduo. A formação ética se atém a preceitos subjetivos: dignidade da pessoa, liberdade, justiça, paz, igualdade e reciprocidade entre as nações são tidos como valores humanizadores. Já a formação crítica implica no desenvolvimento de juízo de valores diante dos cenários cultural, político, econômico e social. Por fim, a formação política trabalha num ponto de vista transformador, promove o empoderamento, compreendido como a emancipação dos indivíduos para que eles próprios tenham capacidade para defender os interesses da coletividade.

Assim, de acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos, são seis os princípios que a sustentam, a saber:

a) dignidade humana; b) democracia na educação e no ensino; c) valorização das diversidades; d) transformação social; e) interdisciplinaridade; f) sustentabilidade. Com

densidade de significados, cada um desses preceitos se explica como instrumento de disseminação e realização dos Direitos Humanos (BRASIL, 2013, p.13).

Observa-se, portanto, que toda ação educativa cujo foco esteja fundamentado nos direitos humanos, necessariamente deve propor conscientização acerca da realidade, identificando as causas dos problemas, procurando modificar atitudes e valores, e trabalhando incansavelmente para mudar as situações de conflito e de violações dos direitos humanos e, ainda, promovendo a solidariedade e o compromisso com a vida, visto que é nesse processo que se constrói o conhecimento necessário para a transformação da realidade. Para tanto, tal processo deve ser desenvolvido coletivamente e em sintonia com as necessidades de quem o compõe e, acima de tudo, integrado ao meio onde está inserido (BRASIL, 2013).

Nesse contexto, é possível inferir que uma escola verdadeiramente cidadã, necessariamente, deve apresentar-se à sociedade com projetos de transformação da realidade, que é adversa à dignidade da pessoa humana, procurando interagir com a sociedade, que enfrenta várias transformações (BRASIL, 2013).

Educar para os direitos humanos, portanto, “significa preparar os indivíduos para que possam participar da formação de uma sociedade mais democrática e mais justa. Essa preparação pode priorizar o desenvolvimento da autonomia política e da participação ativa e responsável dos cidadãos em sua comunidade” (BRASIL, 2013, p.34).

Assim, na intenção de dar prosseguimento às reflexões que se aborda neste estudo, é pertinente trazer para o contexto, temáticas que propõe investigações sobre a real função social da escola e do ensino, como instituição educacional de qualidade que tanto se almeja, como se procura abordar a seguir.

2 A instituição educacional como prática social

De modo que se possa refletir sobre a instituição educacional e sua conseqüente prática social, cujo objetivo esteja fundamentado na possibilidade de estimular e desenvolver a cidadania deve, sobretudo, proporcionar ao seu alunado situações que os levem a refletir sobre a oportunidade de adquirir valores e conhecimentos básicos para a convivência em sociedade, promovendo assim, atitudes e habilidades como requisito essencial que possam contribuir para a efetiva participação na vida política, econômica e social.

Assim, este fato somente poderá ser efetivado, se a instituição educacional propor situações de reflexões e práticas em projetos coletivos de interesse, tanto da escola quanto da comunidade onde está inserida, como refere Maia e Scheibel (2006), pois dessa forma, terão oportunidade de exercitarem a autonomia e convivência saudável através da expressão de suas idéias e opiniões, ouvindo e debatendo temáticas que instiguem à aquisição do conhecimento.

Entretanto, de modo que se possa efetivar tais reflexões e práticas em projetos coletivos de interesse do grupo – escola, aluno, comunidade, há que se entender o real papel da educação como dimensão essencial na evolução do ser humano, já que ela nasceu exatamente como importante ferramenta que contribui para garantir aos indivíduos àquilo que um determinado grupo aprendeu.

De acordo com Meksenas (2002) a educação estabelecida na sociedade tem como tarefa mostrar que os interesses individuais somente poderão se efetivar plenamente através dos interesses sociais de uma coletividade. Nesse sentido, a educação ao propor a socialização do indivíduo, mostra a eles que sozinho não poderá sobreviver e, ainda, que somente terá oportunidade de desenvolver suas potencialidades, se e somente estiverem em contato com o meio social, isto é, com outros indivíduos, já que a própria educação é considerada um campo de luta entre várias tendências e grupos.

Nesse contexto, com a educação, segundo Santos (2008, p.01),

[...] o homem pode se instrumentalizar culturalmente, capacitando-se para transformações tanto materiais, quanto espirituais. A educação é o cerne do desenvolvimento social. Sem ela, até mesmo as sociedades mais avançadas retornariam ao estado primitivo em pouco tempo. Ela oferece uma base de conhecimento para todas as pessoas.

Assim, nota-se que a educação libertadora ou transformadora, é aquela que possibilita trabalhar através de uma visão de sujeitos potencialmente autônomos e, ainda, que sejam capazes de praticar a solidariedade, pois através da instrução, estarão aptos a promover a auto-reflexão. Desse modo, “a educação é entendida como uma prática de libertação, que desperta no sujeito a sua capacidade de promover a humanização, esforçando-se em uma perspectiva conjunta para mudar o sistema escolar, social e político” (GERHARDT, 2001 apud SANTOS, 2008, p.01).

Com base no exposto, cabe salientar de acordo com Geraldo Júnior (2006 apud MAIA; SCHEIBEL, 2006, p.61) que

[...] a função social da escola consiste num processo de socialização dos conhecimentos, no sentido de estabelecer interação com o meio em que a instituição está inserida. Para tanto, as escolas devem, em substituição de práticas meramente reprodutivas, pensar, planejar e executar práticas que respondam a necessidade do homem contemporâneo, assim ocupando um papel decisório na formação da cidadania. A esse respeito cabe um questionamento: os conteúdos de aprendizagem curriculares definem a função social que cada escola, sistema ou pessoa encontra na maneira de ensinar?

Nesse sentido, em conformidade com as palavras proferidas pelos autores, cabe salientar que o currículo deve ser o mais flexível possível. Isto é, não pode ser rígido e tampouco proveniente de uma estrutura meramente disciplinar, mas, sobretudo, embasado em situações que desperte e busque nos métodos globalizados sua significância, pois dessa forma, estará estabelecendo importante relação entre o que é debatido em sala de aula e a realidade em que os alunos estão inseridos (MAIA; SCHEIBEL, 2006).

Nessa mesma linha de pensamento, Fullan e Hargreaves (2000, p.52), salientam que

[...] um currículo controlado administrativamente é capaz de impor limites importantes à colaboração dos professores. Oportunizar maior responsabilidade pelo desenvolvimento do currículo aos professores e às escolas pode, quanto a isso, ser um dos desafios mais importantes na mudança de contexto do ensino. A separação entre currículo e ensino é uma herança histórica que pode vir a ser uma falácia educacional. É hora de uni-los.

Assim, de modo que se possa ser coerente com a contemporaneidade, ou seja, estar em consonância com temas que abordam questões importantes sobre a atualidade e que merecem ser questionado, o currículo deve contextualizar problemáticas que tratam sobre etnia, raça, gênero, inclusão e síndromes, entre outras, visto que todos esses fatores sociais auxiliam na compreensão do real papel que a instituição educacional necessariamente deve tratar.

Desse modo, conforme Fullan e Hargreaves (2000), adquirir novas habilidades ou simplesmente testar novas práticas e idéias em projetos de melhoria e, acima de tudo, propondo a discussão e avaliação dos resultados está entre os muitos exemplos possíveis de serem efetivados com sucesso.

Por fim, pode-se dizer que é fundamental ter clareza e consciência da função social da escola e do ensino, bem como do homem que se quer formar, pois são requisitos básicos para que o professor possa propor uma prática pedagógica transformadora e “socialmente comprometida, particularmente num país de contrastes como o Brasil, onde convivem grandes desigualdades econômicas, sociais e culturais” (MAIA; SCHEIBEL, 2006, p.62), permitindo que se faça assim, reflexões acerca da disciplina Sociologia e as possíveis interdisciplinaridades.

3 Sociologia e interdisciplinaridade

Entre as possíveis propostas de qualificação da educação e do ensino está a aproximação cada vez maior de diferentes disciplinas escolares, de modo que se possa estabelecer uma relação paralela de determinadas disciplinas com o contexto social e cultural onde a instituição educacional está inserida, visto que ao se proceder simplesmente com o estudo tradicional de disciplinas isoladas, limita significativamente o conhecimento do aluno, tornando a aprendizagem desmotivadora e fragmentada.

De acordo com Souza (2006, p.144),

[...] a relação educativa é uma relação política, por isso, a questão da democracia se apresenta para a escola da mesma forma que se apresenta para a sociedade. Essa relação se define na vivência da escolaridade em sua forma mais ampla, desde a estrutura escolar, em como a escola se insere e se relaciona com a comunidade, nas relações entre os trabalhadores da escola, na distribuição de responsabilidades e poder decisório, nas relações entre professor e aluno, na relação com o conhecimento. A educação para a cidadania requer, portanto, que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos.

Portanto, para que se possa propor uma educação comprometida com a cidadania, especificamente no que diz respeito à disciplina de Sociologia e sua relação com as disciplinas convencionais constituintes de um currículo inovador, é possível incluir temas transversais que tratam sobre a dignidade humana, igualdade de direitos, participação, co-responsabilidade, pela vida social, entre outras temáticas diretamente relacionadas que necessitam ser tratadas como temas específicos.

Para Souza (2006), possibilitar o desenvolvimento ou inclusão desses temas não quer dizer que se deve propor novas áreas, mas, sobretudo, que se possa estabelecer um tratamento integrado nas diferentes áreas. Segundo a autora,

[...] a proposta da transversalidade traz a necessidade de a escola refletir e atuar conscientemente na educação de valores e atitudes em todas as áreas, garantindo que a perspectiva político-social se expresse no direcionamento do trabalho pedagógico. Por isso, a perspectiva transversal aponta para uma transformação da prática pedagógica, pois rompe com o confinamento da atuação dos professores às atividades pedagogicamente formalizadas e amplia a necessidade de um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a escolaridade, o que possibilitará um tratamento cada vez mais aprofundado das questões eleitas (SOUZA, 2006, p.144).

De modo que todo esse processo de inovação ou transformação da educação seja efetivado com qualidade, ou mesmo, para a disciplina de Sociologia possa ser inserida no contexto da transversalidade, como refere Imbernón (2000, p.87), “é necessário criar mecanismos de participação coletiva em que a interação se constitua no objetivo principal”, como um intercâmbio de idéias, de experiências, de propostas, de projetos, de materiais e de abertura à comunidade.

Gonçalves et al., (2012) contribui com o exposto ao inferir que, com estruturação da interdisciplinaridade na prática pedagógica, há maior cooperação entre as partes, pois as disciplinas se complementam, permitindo um ‘casamento’ perfeito de temas trabalhados em sala de aula com a realidade vivida ou experimentada pelos alunos, possibilitando que os mesmos possam tecer análises de forma crítica e consciente de diferentes perspectivas.

Moraes et al., (2013, p.69) refere também que,

[...] naturalmente diversos conteúdos da disciplina sobre participação política e Estado, mesmo na dimensão da informação, também são importantes para a (possível) contribuição da disciplina à formação de cidadãos. Além desses conteúdos mais diretamente relacionados à formação para a cidadania, lembremos conteúdos que permitem refletir sobre a questão de gênero, compreender a diversidade cultural e a questão do etnocentrismo ou analisar a desigualdade também têm relevância política. E ainda no nível da informação deveríamos incluir conhecimentos sobre os direitos fundamentais, presentes em nossa Constituição, tanto quanto sobre a efetividade desses direitos na sociedade brasileira.

Desse modo, ainda em conformidade com o autor, “a disciplina Sociologia teria assim a responsabilidade de lançar luz sobre os fatos cotidianos e demonstrar cientificamente as explicações construídas sobre os mesmos”. Enfim, a Sociologia é constituída por “um conjunto de conhecimentos e de práticas científicas que devem fazer parte do cabedal de todos os indivíduos para que possam pensar a sua vida e a sociedade em que vivem. Educar é transmitir conhecimentos e valores de uma sociedade” (MORAES et al., 2013, p.70).

Para Fortes (2009 apud GONÇALVES et al., 2012, p.97) a interdisciplinaridade contribui de forma significativa para que se possa construir uma escola participativa e, sobretudo, decisiva na formação do sujeito social, onde “seu objetivo tornou-se a experimentação de vivência de uma realidade global, que se insere nas experiências cotidianas do aluno e do professor”.

Entretanto, reafirmam os autores, ela somente poderá ser efetivada através da construção de um planejamento eficaz e eficiente, de modo que todos os envolvidos possam se sentir parte dele, visto que essa ferramenta poderá ir além do chamado espaço escolar e fazer parte do

cotidiano, tanto de educadores quanto dos educandos. Em outras palavras, possibilita encarar o mundo de forma e modo diferentes, assim como proporciona observar as coisas através de sua teia de relações e de sua dimensão antropológica (FORTES, 2009 apud GONÇALVES et al., 2012).

Nesse sentido, considerando-se as reflexões inseridas, Fortes (2009 apud GONÇALVES et al., 2012, p.97) aponta que,

[...] a interdisciplinaridade se realiza como uma forma de ver e sentir o mundo, se estar no mundo, de perceber, de entender as múltiplas implicações que se realizam, ao analisar um acontecimento, um aspecto da natureza, isto é, os fenômenos na dimensão social, natural ou cultural. É ser capaz de ver e entender o mundo de forma holística, em sua rede infinita de relações, em sua complexidade.

Nota-se, portanto, que as finalidades da educação foram sendo ampliadas com o decorrer do tempo e a formação para a cidadania está imersa neste contexto. Ou seja, continua sendo uma das principais finalidades da educação brasileira, pois estimula a afirmação dos direitos humanos e sociais na perspectiva da igualdade e oportunidades. Daí surge a necessidade de tecer algumas reflexões a respeito da importância da Sociologia para o contexto educacional brasileiro.

4 Importância da Sociologia no contexto educacional brasileiro

A análise específica da realidade educativa e social brasileira permite compartilhar a experiência humana, desvendar a realidade e analisar a vida em sociedade como estratégia didática, permitindo assim, como refere Moraes et al., (2013, p.70), “que o aluno compreenda fenômenos sociais, dos quais participa diretamente ou que têm relevância para sua vida individual ou familiar, em muitos casos, fenômenos de seu próprio cotidiano”.

Entretanto, Sacristán (apud IMBERNÓN, 2000, p.38), em seu texto “A educação que temos, a educação que queremos” salienta que,

[...] refletir sobre o presente é impossível sem se valer do passado, pois neste o tempo que vivemos encontrou seu nascimento. Refletir sobre o futuro também é impossível sem se referir ao passado e ao presente, já que a partir desses alicerces são construídas as linhas mestras do que está por vir, embora em suas projeções, passado e presente não sejam sequer tempos estritamente reais (...)

Daí surge a importância de entender muitos aspectos que a Sociologia propõe ao se referir sobre bases reflexivas e retrospectivas competentes, visto que o passado foi real e deixou suas

pegadas. Sem isso, qualquer ato reflexivo não teria sentido e tampouco proporcionaria inquietações mobilizadoras.

Sacristán (apud IMBERNÓN, 2000, p.43), vai além do exposto ao referir que a “grande esperança da modernidade está em que a posse da cultura densa aperfeiçoe as faculdades intelectuais e transforme-se em virtude ou guia de conduta”, pois assim refere Moraes et al., (2013, p.73), “é contribuição da Sociologia para o nível médio propiciar aos jovens examinar situações que fazem parte do seu dia a dia, imbuídos de uma postura crítica e atitude investigativa” Além disso, também é tarefa da disciplina desmistificar os fenômenos sociais, através do “compromisso de examinar a realidade para além de sua aparência imediata, “informada” pelas regras inconscientes da cultura e do senso comum”. Assim, como tarefa de todo professor/educador comprometido com sua profissão, deve “despertar no aluno a sensibilidade para perceber o mundo à sua volta como resultado da atividade humana e, por isso mesmo, possível de ser modificado”.

Moraes et al., (2013), relata com sabedoria e precisão o real papel que a Sociologia desempenha no cotidiano de todos ao afirmar que a mesma é, sem dúvida, importante e se destaca exatamente por mostrar aos alunos as complicadas relações nas quais os mesmos estão inseridos, assim como possibilita como esse processo todo pode exercer um significativo efeito sobre suas identidades, suas expectativas de vida, suas visões de mundo. Resumindo em outras palavras, sobre quem ele é e qual o lugar que ocupa na estrutura social.

Entretanto, há que se ter clareza daquilo que se quer propor e trabalhar com alunos em sala de aula, bem como sobre o que é possível de ser modificado, estruturado ou mesmo compartilhado, de modo que se possa ter uma intervenção consciente, visto que, de acordo com Rodrigues (2007 apud LEMOS et al., 2013, p.200), “a falta de sensibilidade com o outro fortalece o sentimento da apatia e indiferença, reduz a capacidade de intervenção na realidade imediata e cotidiana e impede processos de conscientização e senso comunitário”.

Porém, segundo Moraes et al., (2013, p.77), necessita-se proceder com determinado cuidado, pois

[...] este conhecimento não será apreendido por meio da mera informação ao aluno – e de sua memorização –, ao contrário, apenas se realizará realmente se houver a aprendizagem de um tipo especial de raciocínio, uma verdadeira mudança de atitude cognitiva por parte do aluno. Somente assim saber científico acumulado passará a ter sentido para o aluno e ele poderá, de fato, pensar com o conhecimento das Ciências Sociais, compreender melhor o mundo em que vive e intervir nele.

Observa-se, portanto, que a educação necessita ser pensada e compreendida como preparação para a vida comunitária, para a vida adulta e também, focada para o trabalho ou simplesmente para seguir adquirindo cultura, pois deve, sobretudo, preparar o indivíduo para participar do mundo e da sociedade na qual está inserido.

Nesse sentido, cabe dizer que essa avaliação e reflexão fazem parte da conquista do entendimento crítico, onde os indivíduos ao refletirem sobre suas conquistas e experiências, modificam-nas através dos valores humanísticos, e que serve como fundamento para nortear o que será abordado, discutido e aplicado.

Assim, perante os vários problemas que a sociedade contemporânea impõe, entre eles: desvalorização profissional, desemprego, violência, modificações das relações familiares, etc, tem-se como papel fundamental da área educacional, o de fornecer o conhecimento, para que as pessoas possam ter possibilidades e autonomia de participar efetivamente das políticas, continuando assim, a lutar por igualdade de direitos (BRASIL, 2013).

Santos (2008, p.01) também contribui com o contexto ao afirmar que

[...] nos últimos anos, apesar do esforço, de investimento técnico pedagógico nas escolas, a incidência dos fatos tem revelado a violência existente no interior das escolas, que se apresenta nos reflexos das questões sociais, as quais estão cada dia mais presentes na escola. Todos esses fatores vêm dificultando o cumprimento da sua finalidade maior enquanto escola, que é a de contribuir na formação da cidadania dos brasileiros.

Portanto, a educação deve estar atenta aos diversos fatores que se colocam como empecilhos para a efetivação da formação cidadã. Ou seja, deve ser planejada, estruturada e concebida através de projetos pedagógicos que visem a construção do conhecimento que envolva a interatividade entre os indivíduos e, sobretudo, fundamentada na universalidade de direitos sociais e do resgate da cidadania.

Considerações Finais

O estudo realizado possibilitou conhecer com maior profundidade, aspectos importantes acerca da disciplina Sociologia no contexto educacional brasileiro, precisamente no que se relaciona com a prática social docente do ensino médio e possível interdisciplinaridade como estratégia metodológica, considerando-se que a utilização desse recurso pedagógico coopera

significativamente para a aprendizagem do educando, visto que possibilita a aquisição do conhecimento a partir de uma perspectiva global.

Nesse sentido, de acordo com o contexto analisado, pode-se reafirmar que através do estudo aprofundado de questões sociológicas, ou mesmo proceder com a simples inserção em outros contextos acadêmicos, a Sociologia possibilita que se estabeleça reflexões importantes acerca das relações sociais nas quais os mesmos estão inseridos, e, ao mesmo tempo, reflexões que estejam embasadas em aspectos significativos sobre suas próprias identidades, expectativas de vida e visões de mundo.

Desse modo, é pertinente propor uma educação que se preocupe e se volte para a vida em comunidade, cujo objetivo tenha como foco principal a preparação do indivíduo para participar do mundo e da sociedade na qual está inserido, visto que, ao se proceder desta forma, se está contribuindo para a aquisição de conhecimentos básicos e necessários que desperte no aluno a sensibilidade para perceber o mundo à sua volta como resultado da atividade humana.

Assim, considerando-se que se vive na sociedade contemporânea, tempos de constante transformação econômica, social e tecnológica, a escola tem como papel fundamental diante da sociedade e, principalmente no meio onde está inserida, propiciar ações para a efetivação dos direitos sociais, possibilitando a oferta de alternativas e estratégias voltadas para a inclusão de indivíduos considerados, de uma forma ou outra, excluídos do sistema, oportunizando assim, a reintegração através da efetivação de sua participação em lutas que embasam a universalidade de direitos sociais e do resgate da cidadania.

Considera-se, portanto, que a partir desta análise reflexiva e crítica, outros educadores possam compartilhar saberes necessários que contribuam para a efetivação da disciplina Sociologia como importante ferramenta para a elaboração de projetos pedagógicos e prática docente, de modo que as mudanças e transformações na educação que tanto se almeja, tenha como fundamento o crescimento do indivíduo enquanto ser humano.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Ética e Cidadania:** construindo valores na escola e na sociedade – protagonismo juvenil. Brasília, 2007.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos:** Diretrizes Nacionais – Brasília: Coordenação Geral de Educação em

SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

FULLAN, Michael; HARGREAVES, Andy. **A escola como organização aprendente**: buscando uma educação de qualidade. (Trad. Regina Garcez). Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GONÇALVES, Antônio Augusto Oliveira et al., **O ensino de sociologia e a interdisciplinaridade**: estudo de caso de uma instituição da rede estadual de ensino em Minas Gerais. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 95-107, jul./dez. 2012, Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/viewFile/20275/11896>>Acessado em out/2015.

IMBERNÓN, F. (Org.). **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. (Trad. Ernani Rosa). 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LEMOS, Carlos Eugênio Soares de. **Curso de especialização em ensino de sociologia**: nível médio: módulo 2. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013.

MAIA, Christiane Martinatti; SCHEIBEL, Maria Fani. **Didática**: organização do trabalho pedagógico. Curitiba: IESDE Brasil, 2006.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direitos humanos, cidadania e educação.. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 51, 1 out. 2001. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/2074>>. Acesso em Nov/2015.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação**: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MORAES, Amaury C. et al. **Curso de especialização em ensino de sociologia**: nível médio : módulo 1 / Cuiabá, MT : Central de Texto, 2013.

MOURA, Lisandro Lucas de Lima; GUIMARÃES, Rodrigo Belinaso. **Pensando conteúdos e metodologias em sala de aula**: a experiência da Sociologia no Colégio de Aplicação da UFRGS. Cadernos de Aplicação. Vol.22, n.1. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SANTOS, André Michel dos. A educação no contexto brasileiro: dificuldades e desafios encontrados pelas escolas na atualidade. **Revista P@rtes**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/contextobrasileiro.asp>>Acesso em out/2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Escola e currículo**. Curitiba: IESDE, 2006.

VIOLA, Eduardo Annes; ALBUQUERQUE, Marina Z. de. (Orgs.). **Fundamentos para educação em direitos humanos**. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011.